

Campus Porto Velho Zona Norte
Pós-Graduação Lato Sensu em Docência na Educação Profissional e Tecnológica

CARLON XAVIER

BENEFÍCIOS DA DOCÊNCIA NA EPT PARA ENGENHEIROS DE CARREIRA

PORTO VELHO - RO

2026

CARLON XAVIER

BENEFÍCIOS DA DOCÊNCIA NA EPT PARA ENGENHEIROS DE CARREIRA

Artigo entregue como Trabalho de Conclusão de Curso ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO), *Campus* Porto Velho Zona Norte, como requisito parcial para obtenção do grau de Especialista em Docência na Educação Profissional e Tecnológica junto ao Curso de Pós-Graduação Lato Sensu, junto ao Curso Educação Profissional e Tecnológica, sob a orientação da professora orientadora Dra. Gabriela Dantas Carvalho.

PORTO VELHO - RO

2026

Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema Gerador de Ficha Catalográfica do IFRO.

Xavier, Carlon.
Benefícios da docência na EPT para engenheiros de carreira /
Carlon Xavier. - Porto Velho, 2026.
18 f. : il.

Orientador(a): Prof^a. Dra. Gabriela Dantas Carvalho.

Trabalho de Conclusão de Curso (Pós-Graduação Lato Sensu em
Docência na Educação Profissional e Tecnológica) – Instituto Federal
de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia - IFRO, Porto Velho,
2026.

1. Engenheiro. 2. Educação Profissional e Tecnológica. 3.
Carreira. 4. Docência. I. Carvalho, Gabriela Dantas (orient.). II.
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia -
IFRO. III. Título.

Bibliotecário(a) Responsável: Marlene Fouz da Silva, CRB-11/946

CARLON XAVIER

BENEFÍCIOS DA DOCÊNCIA NA EPT PARA ENGENHEIROS DE CARREIRA

Artigo entregue como Trabalho de Conclusão de Curso ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO), *Campus* Porto Velho Zona Norte, como requisito parcial para obtenção do grau de Especialista em Docência na Educação Profissional e Tecnológica junto ao Curso de Pós-Graduação Lato Sensu, junto ao Curso Educação Profissional e Tecnológica, sob a orientação da professora orientadora Dra. Gabriela Dantas Carvalho.

Aprovado em: 14/04/2026 pela banca examinadora.

Documento assinado digitalmente



GABRIELA DANTAS CARVALHO

Data: 26/04/2026 16:07:58-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Gabriela Dantas Carvalho
Orientadora

Documento assinado digitalmente



CICERO FELIX DA SILVA

Data: 30/04/2026 21:11:49-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Cicero Felix da Silva
Membro Interno

Documento assinado digitalmente



WENDELL VILHENA DE CARVALHO

Data: 30/04/2026 13:27:19-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Wendell Vilhena de Carvalho
Membro Externo

BENEFÍCIOS DA DOCÊNCIA NA EPT PARA ENGENHEIROS DE CARREIRA

RESUMO: A engenharia, historicamente consolidada como o pilar do desenvolvimento técnico das nações, atravessa um período de profunda redefinição. Nesse contexto, a figura do engenheiro-professor na Educação Profissional e Tecnológica (EPT) torna-se central. No entanto, a transição do mercado para a sala de aula exige mais do que notório saber técnico. Partindo disso, o estudo busca compreender as motivações e realidades que impulsionam o profissional da engenharia a seguir a carreira da docência. Trata-se de uma revisão de literatura, descritivo, exploratório, com abordagem qualitativa, desenvolvido entre fevereiro a março de 2026, por meio da busca de estudos nas bases de dados on-line: Scielo e Periódicos da Capes, além de portais de transparência governamentais e institucionais. Foram utilizados os descritores: Educação Profissional e Tecnológica (EPT), Docência na Engenharia e Remuneração Docente. A busca por aperfeiçoamento profissional, realização pessoal e colaboração para o convívio em sociedade são alguns dos pilares que devem nortear a vida de um cidadão de bem. A transição do engenheiro de carreira para a docência na EPT é um movimento complexo, onde a motivação financeira, embora inferior ao piso da categoria, é equilibrada pela busca de autorrealização, estabilidade financeira e propósito social.

PALAVRAS-CHAVE: Engenheiro; Educação Profissional e Tecnológica; Carreira; Docência

ABSTRACT: Engineering, historically consolidated as the pillar of the technical development of nations, is undergoing a period of profound redefinition. In this context, the figure of the engineer-professor in Professional and Technological Education (EPT) becomes central. However, the transition from the market to the classroom demands more than just recognized technical knowledge. Based on this, the study seeks to understand the motivations and realities that drive engineering professionals to pursue a teaching career. This is a descriptive, exploratory literature review with a qualitative approach, developed between February and March 2026, through a search of studies in the online databases: Scielo and Capes Journals, as well as governmental and institutional transparency portals. The following descriptors were used: Professional and Technological Education (EPT), Teaching in Engineering, and Teacher Remuneration. The pursuit of professional improvement, personal fulfillment, and collaboration for social coexistence are some of the pillars that should guide the life of a good citizen. The transition from career engineer to teaching in vocational and technological education is a complex process, where financial motivation, although lower than the category's minimum wage, is balanced by the pursuit of self-realization, financial stability, and social purpose.

KEYWORDS: Engineer; Vocational and Technological Education; Career; Teachin

1. INTRODUÇÃO

A engenharia, historicamente consolidada como o pilar do desenvolvimento técnico das nações, atravessa um período de profunda redefinição (Schwab; Klaus, 2016). O que outrora nasceu como um ofício prático, evoluiu para uma ciência acadêmica rigorosa que, segundo Bazzo (2011), deve hoje transcender o tecnicismo para compreender os impactos sociais e éticos da profissão. No cenário brasileiro, essa evolução é marcada pela transição de currículos tradicionais para as novas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs), que buscam mitigar o distanciamento entre a academia e o setor produtivo.

Nesse contexto, a figura do engenheiro-professor na Educação Profissional e Tecnológica (EPT) torna-se central. No entanto, a transição do mercado para a sala de aula exige mais do que notório saber técnico. Conforme destaca Pacheco (2011), a EPT não deve ser vista apenas como um adestramento de mão de obra, mas como uma formação humana integral que vincula ciência e trabalho. Para o engenheiro, essa mudança de paradigma envolve enfrentar o desafio da "docência como segunda carreira", onde as motivações vão além do domínio do conteúdo.

A escolha pela docência é influenciada por um ecossistema complexo. De um lado, há a dimensão econômica das redes de ensino; de outro, as questões subjetivas da profissão. Pimenta e Anastasiou (2002) reiteram que a formação do professor universitário e técnico deve contemplar a sabedoria da prática, o que justifica a análise da trajetória do pesquisador. A vivência na pós-graduação em EPT pelo Instituto Federal de Rondônia (IFRO) surge, portanto, como o elo reflexivo necessário para compreender como a identidade profissional do engenheiro se molda ao ser atravessada pela pedagogia.

Fundamentando essa análise subjetiva, a teoria de Maslow (1954) organiza as prioridades humanas em cinco níveis hierárquicos. Enquanto a base sustenta as necessidades fisiológicas e de segurança, o topo é coroado pela autorrealização, que representa o alcance do pleno potencial individual. De acordo com o autor, a busca por necessidades superiores manifesta-se conforme a satisfação das demandas básicas; nesse sentido, a transição para a docência pode ser interpretada como uma busca por necessidades sociais ou, em última instância, pela própria autorrealização pessoal e desenvolvimento contínuo.

Diante desse panorama, este trabalho busca responder à pergunta: Quais os principais fatores que levam o engenheiro a lecionar? A pesquisa justifica-se pela necessidade de compreender as motivações que levam o profissional a desbravar o campo docente, seja pela busca de um trabalho que complemente sua formação humana ou pela possibilidade de atuar, sob uma visão ontológica, como formador de opinião e caráter.

O objetivo central deste artigo é investigar a transição e a atuação do engenheiro na docência da EPT, examinando os atrativos financeiros e as motivações humanas da carreira à luz da experiência ontológica da pesquisa através do estudo desenvolvido no IFRO. Para tanto, pretende-se estimar a remuneração praticada para professores em instituições de Lages (CEDUP, IFSC e SENAI) e compreender as questões humanas envolvidas nessa escolha profissional. Por fim, o estudo descreve a experiência vivida no curso de pós-graduação, estabelecendo um comparativo crítico entre a formação em EPT e a profissão anteriormente desempenhada pelo pesquisador.

2. OBJETIVOS

2.1 Geral

Investigar a transição e a atuação do engenheiro na docência da EPT, examinando os atrativos financeiros e as motivações humanas da carreira, à luz da experiência autoetnográfica do pesquisador no curso de pós-graduação do IFRO.

2.2 Específicos

- Estimar a remuneração praticada para os professores da rede estadual de formação técnica Cedup, IFSC Lages e Escola Senai;
- Compreender as questões humanas envolvidas na escolha da profissão de professor pelos engenheiros;
- Descrever a experiência vivida pelo pesquisador ao estudar no curso de pós-graduação em EPT pelo IFRO;
- Criar um comparativo da experiência em EPT com a profissão desempenhada pelo pesquisador;

3. METODOLOGIA

Trata-se de um estudo exploratório, documental, de caráter descritivo, com abordagem qualitativa. O estudo foi desenvolvido no período de fevereiro a março de 2026, por meio de consultas em portais de transparência governamentais e institucionais. A busca se deu através dos seguintes descritores: Educação Profissional e Tecnológica (EPT), Docência na Engenharia e Remuneração Docente. Tais termos serão aplicados de forma isolada e combinada, utilizando-se o operador booleano AND, na língua portuguesa.

Foram incluídas as legislações dos últimos 20 anos que abordassem a transição de carreira do engenheiro para a sala de aula, além de tabelas salariais vigentes em 2025/2026 e documentos teóricos sobre motivação humana, como a Hierarquia de Necessidades de Maslow. Foram excluídos estudos puramente técnicos de engenharia (focados em cálculos ou projetos estruturais) sem viés educativo, dados salariais defasados ou revogados e pesquisas focadas exclusivamente em níveis de ensino que não contemplassem a educação profissional, como o ensino infantil.

Os dados de remuneração foram coletados em fontes oficiais: Portal da Transparência do Governo Federal para o IFSC, Portal da Transparência de Santa Catarina para o CEDUP, e Convenções Coletivas do Sindicato Intermunicipal dos Professores no Estado de Santa Catarina (SINPROESC) para a SENAI. A experiência vivida pelo pesquisador na pós-graduação em EPT pelo IFRO foi analisada sob a luz das Práticas Educativas Integradoras, visando compreender a relação entre o saber técnico da engenharia e o saber pedagógico.

Os dados selecionados foram organizados em planilha, contendo informações referentes ao local de trabalho, regime de trabalho, remuneração, benefícios e principais percepções pedagógicas.

Os dados foram analisados de forma descritiva e discursiva, o que possibilitou a identificação de tendências, lacunas e a construção do comparativo entre a carreira de engenheiro e a profissão docente. Os resultados foram apresentados em forma de texto discursivo, fornecendo subsídios para o desenvolvimento de soluções voltadas à valorização e formação do engenheiro-professor.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise dos dados salariais expostos no Quadro 1 revela um contraste imediato: a remuneração inicial na docência, em qualquer uma das esferas (Estadual, Federal ou Sistema S), apresenta-se inferior ao piso nacional do engenheiro estabelecido pela Lei 4.950-A/66, que prevê cerca de 8,5 salários mínimos para 40h.

Quadro 1 – Comparativo de Remuneração e Carreira Docente em Lages/SC

Instituição	Regime de Trabalho	Remuneração Base (Graduação)	Remuneração com Especialização (EPT)	Principais Benefícios (Oficiais)	Fonte do Dado (Portal/Site)
IFSC Lages	40h	R\$ 4.478,03	R\$ 5.149,73	Auxílio Alimentação, Auxílio Transporte, Saúde Suplementar.	Portal da Transparência (Federal)
CEDUP (Estado)	40h	R\$ 5.345,60	R\$ 5.602,60	Auxílio Alimentação, Triênios, Prêmio Educar.	Portal da Transparência (SC)
SENAI Lages	40h	R\$ 6.000,00	R\$ 6.500,00	Plano de Saúde, Previdência Privada, Vale Refeição.	CCT SINPROES C / Portal FIESC
Engenharia	40h (Piso)	R\$ 10.302,00		Variável conforme empresa.	Lei 4.950-A/66 (CREA-SC)

Fonte: Autoria própria (2026)

A regulação do piso salarial dos engenheiros no Brasil encontra seu alicerce na Lei nº 4.950-A/1966, que instituiu o salário mínimo Profissional (SMP). Esta norma estabelece que a remuneração devida a profissionais diplomados em engenharia, arquitetura, agronomia, veterinária e química não pode ser inferior a 6 (seis) vezes o salário mínimo comum para uma jornada de seis horas, com a aplicação de um multiplicador de 1,25 para as horas excedentes (7ª e 8ª horas).

Contudo, a constitucionalidade do SMP foi objeto de intensos debates jurídicos, culminando no julgamento das ADPFs 53, 149 e 171 pelo Supremo Tribunal Federal (STF) em 2022. O tribunal decidiu que, embora a Lei nº 4.950-A/66 tenha sido recepcionada pela Constituição de 1988, a vinculação automática de reajustes ao salário mínimo nacional é inconstitucional, conforme a Súmula

Vinculante nº 4. Segundo o entendimento fixado pela Corte, o valor do piso deve ser "congelado" com base no salário mínimo vigente no momento da decisão (março de 2022, no valor de R\$ 1.212,00), devendo reajustes posteriores ocorrerem via negociação coletiva. Como observa Silva et al. (2024), essa decisão altera a dinâmica de proteção da categoria, transferindo a centralidade do reajuste da lei federal para a autonomia das negociações sindicais.

No mercado brasileiro, observa-se uma fragmentação na aplicação prática desses valores. Em virtude do congelamento imposto pelo STF, a atualização salarial da categoria foi transferida para a esfera das negociações coletivas. Entidades de classe e federações, como a Federação Nacional dos Engenheiros (FNE), buscam compensar a perda do poder de compra através de Acordos e Convenções Coletivas que, em muitos casos, estipulam pisos superiores ao valor congelado de 2022. De acordo com dados do Caged (2025), a remuneração média nacional praticada pelo mercado tende a oscilar conforme a região e o setor industrial, evidenciando que, embora o piso legal sirva como baliza jurídica, a autonomia privada e a força sindical tornaram-se os principais motores de recomposição salarial da engenharia no país.

Ao observar que o salário no CEDUP é significativamente menor que o piso da engenharia, percebe-se que a escolha pela docência pública estadual, muitas vezes, não supre as "necessidades de segurança" (estabilidade financeira) de forma isolada, conforme a hierarquia de Maslow (1954). Em contrapartida, o IFSC e o SENAI oferecem planos de carreira que, com o passar do tempo e especializações, aproximam-se da realidade do mercado privado de engenharia.

A remuneração dos engenheiros atuantes na EPT pública federal, Docente (Professor EBTT) é regida pelo Magistério (Lei 12.772/2012), embora a Lei nº 4.950-A/1966 prescreva um piso para a categoria, o entendimento jurídico consolidado, inclusive pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento da ADPF 171 (2022), é de que tal vinculação ao salário mínimo é incompatível com o regime estatutário (Lei nº 8.112/1990), prevalecendo a autonomia das tabelas salariais da carreira federal. Recentemente, essa estrutura remuneratória passou por atualizações significativas por meio da medida Provisória nº 1.286/2024, que prevê a reestruturação das tabelas e recomposição salarial para o biênio 2025-2026, visando reduzir as assimetrias na rede federal de ensino.

Ao longo do tempo, a remuneração dos engenheiros na EPT pública passou por uma transição do regime estatutário genérico para carreiras estruturadas, movimento consolidado pela Lei nº 11.091/2005, que instituiu o PCCTAE. De acordo com Pinto (2018), a implementação do PCCTAE foi um marco para a categoria ao vincular o crescimento remuneratório à qualificação acadêmica e ao tempo de serviço, embora tenha oficializado o distanciamento do piso salarial nacional estabelecido pela Lei nº 4.950-A/1966. Nas últimas duas décadas, o poder de compra desses profissionais sofreu oscilações significativas devido a períodos de congelamento salarial e à ausência de revisão geral anual, sendo parcialmente recomposto por reestruturações de tabelas em 2012 (Lei nº 12.772/2012).

A busca pela docência, portanto, parece migrar para o topo da pirâmide de Maslow: a autorrealização. Historicamente, antes da consolidação da EPT como modalidade integrada, o ingresso do engenheiro na docência ocorria de forma assistencialista ou estritamente técnica. Nas antigas Escolas de Aprendizes Artífices (criadas em 1909) e, posteriormente, com a expansão do Sistema S na década de 1940, o engenheiro era recrutado pelo seu "notório saber" e experiência prática de mercado. Segundo Moura (2008), esse profissional atuava como um instrutor de ofício, focado na transmissão do "saber-fazer" procedimental, sem a exigência de formação pedagógica ou vínculo com a pesquisa acadêmica.

A transição para o modelo de engenheiro-professor começou a ser delineada com a LDB nº 9.394/96, que estabeleceu a pós-graduação como via preferencial para o magistério superior. No entanto, a integração plena do engenheiro à carreira docente da EPT, com o perfil que observamos hoje no IFSC, SENAI e CEDUP, consolidou-se a partir de dois marcos fundamentais:

- O Decreto nº 5.154/2004: Que retomou a possibilidade de integração entre o ensino médio e a formação técnica, exigindo que o engenheiro passasse a compreender o trabalho como princípio educativo e não apenas como execução de tarefas.
- A Lei nº 11.892/2008: Que, ao criar a Rede Federal de EPT, institucionalizou a carreira docente para bacharéis (engenheiros). A partir deste marco, o engenheiro deixou de ser um técnico que "dava aulas" para se tornar um Professor de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (EBTT), sendo-lhe exigido ou ofertado programas de

complementação pedagógica para alinhar o rigor da engenharia às ciências da educação (Pacheco, 2011).

Portanto, a integração do engenheiro na EPT moderna marca a passagem de um modelo de "treinamento de mão de obra" para um modelo de "formação integral", onde o profissional deve articular a técnica com a produção de conhecimento científico e o impacto social.

O engenheiro, ao ingressar na EPT, busca o "sentido ontológico" do trabalho, conceito que o define como uma categoria central de criação do próprio ser humano e da sociabilidade. Nessa perspectiva, o trabalho deixa de ser apenas uma produção técnica ou mercadológica para se tornar um princípio formativo de caráter e cidadania. Conforme argumenta Moura (2007), a educação integrada visa superar a dualidade histórica entre o "fazer" e o "pensar", permitindo que o estudante (e o professor) compreenda os fundamentos científicos e sociais que sustentam a técnica, transformando a prática profissional em um ato de emancipação humana.

A experiência no curso do IFRO Campus Porto Velho Zona Norte demonstrou que a formação pedagógica é o diferencial para que o engenheiro não seja apenas um "repassador de conteúdos técnicos". Conforme Pacheco (2011), a EPT exige uma formação humana integral.

Ao cursar a Pós-Graduação *Lato Sensu* em Docência na EPT pode-se observar dois pontos a serem analisados, que fazem parte do cotidiano profissional, mas que com o conhecimento adquirido no curso, passam de coadjuvantes para protagonistas no rol de conhecimentos e princípios do profissional:

- Diferencial Prático: A especialização permitiu ao pesquisador entender que a sala de aula na EPT deve ser um espaço de práxis (união entre teoria e prática), e não apenas um treinamento operacional;
- Identidade Profissional: O comparativo entre a profissão de engenheiro de carreira e o docente revela que, enquanto a primeira foca no objeto (o projeto, a rede elétrica), a segunda foca no sujeito (o aluno).

A transformação da técnica em práxis redefine o papel da sala de aula na EPT, superando o modelo de treinamento operacional para se tornar um espaço de reflexão crítica. Enquanto o tecnicismo visa apenas a repetição eficiente de tarefas, a práxis exige que a ação prática seja indissociável da fundamentação teórica e ética. Nesse sentido, o conhecimento deixa de ser um manual de instruções e passa

a ser uma ferramenta de emancipação, capacitando o aluno a não apenas operar sistemas, mas a compreender e transformar sua realidade socioprofissional.

Paralelamente, a transição da identidade profissional do engenheiro — do objeto para o sujeito — marca o deslocamento do foco do projeto técnico para o desenvolvimento humano. Na docência, a precisão dos cálculos e a funcionalidade da rede elétrica cedem lugar à complexidade da aprendizagem e à mediação pedagógica. Esse movimento exige que o engenheiro-professor reconheça a subjetividade do aluno, transformando sua "sabedoria da prática" em uma ponte que humaniza o ensino técnico e prioriza a formação de um cidadão crítico, e não apenas de um recurso para o mercado.

A análise da conjuntura educacional na região serrana de Santa Catarina revela que a escolha do engenheiro por determinada rede de ensino está intrinsecamente ligada à ponderação entre estabilidade, infraestrutura e propósito pedagógico. Nesse cenário, a docência na EPT em Lages apresenta atrativos distintos conforme a identidade institucional:

- IFSC Lages: Consolida-se pela solidez do plano de carreira federal e pela indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, princípio basilar estabelecido pela Lei nº 11.892/2008 (Brasil, 2008). Esta estrutura oferece ao engenheiro um ambiente de produção científica e estabilidade financeira via regime de Dedicção Exclusiva. Segundo Pacheco (2011), essa configuração permite que o docente atue como um articulador entre o saber técnico e a formação humana integral, superando o dualismo histórico da educação profissional.

- SENAI Lages: Destaca-se pela imersão em tecnologias de vanguarda e pelo alinhamento direto com as demandas do setor industrial, operando sob a lógica da pedagogia por competências. Conforme discute Kuenzer (2002), essa rede prioriza a flexibilidade e a atualização constante frente às mutações do mundo do trabalho, apresentando uma remuneração competitiva para especialistas que buscam manter o vínculo com a inovação de mercado e a produtividade fabril.

- CEDUP Lages (Rede Estadual): Configura-se como um campo de relevante impacto social e um importante porta de entrada para a carreira docente. Fundamentado no princípio educativo do trabalho (Manacorda, 2007), o CEDUP atua na democratização do acesso ao ensino técnico. Contudo, enfrenta desafios estruturais relativos à valorização salarial em comparação às redes federal e privada

(Sistema S), disparidade recorrentemente apontada na literatura sobre o financiamento da educação básica estadual no Brasil.

Essa estratificação evidencia que a transição de carreira para o engenheiro não é um movimento uniforme, mas sim uma decisão multifacetada que envolve desde a busca por autorrealização até a análise de retorno sobre o capital intelectual investido. A transição de carreira, portanto, é motivada, dentre outros fatores, pelo desejo de retribuição social e pelo orgulho de formar novos profissionais, compensando a lacuna financeira inicial com o ganho de capital intelectual e bem-estar subjetivo.

Como desdobramento desta pesquisa, vislumbra-se a necessidade de realizar estudos longitudinais que acompanhem a adaptação pedagógica dos engenheiros frente às exigências da Indústria 4.0 no contexto da EPT. Além disso, sugere-se a expansão desta análise para outras regiões do país, permitindo um comparativo das motivações de carreira em diferentes cenários socioeconômicos, bem como a investigação dos impactos psicossociais e de saúde mental decorrentes da transição da identidade profissional do mercado para a docência.

5. CONCLUSÃO

O presente estudo permitiu concluir que a transição do engenheiro de carreira para a docência na EPT é um movimento complexo, onde a motivação financeira, embora inferior ao piso da categoria, é equilibrada e compensada pela busca de autorrealização e propósito social.

A formação oferecida pelo IFRO mostra que a competência técnica em engenharia elétrica é apenas o ponto de partida. A docência exige uma "sabedoria da prática", que aliada à formação pedagógica específica, pode oferecer ao aluno uma formação de qualidade. Conclui-se que o engenheiro-professor atua como uma ponte vital entre o setor produtivo e a formação cidadã, sendo a EPT o ambiente ideal para essa síntese profissional.

Como desdobramento desta pesquisa, vislumbra-se a necessidade de realizar estudos longitudinais que acompanhem a adaptação pedagógica dos engenheiros frente às exigências da Indústria 4.0 no contexto da EPT. Além disso, sugere-se a expansão desta análise para outras regiões do país, permitindo um comparativo das motivações de carreira em diferentes cenários socioeconômicos,

bem como a investigação dos impactos psicossociais e de saúde mental decorrentes da transição da identidade profissional do mercado para a docência.

Ademais, os dados coletados sugerem que, para o engenheiro que busca a docência como segunda carreira, o IFSC e o SENAI apresentam-se como caminhos de maior sustentabilidade financeira, enquanto o CEDUP permanece como um bastião de resistência pedagógica e impacto social direto.

Portanto a mudança da carreira do engenheiro chão de fábrica para o engenheiro docente em sala de aula é embasada em vários fatores, que vão desde aptidão até estabilidade financeira e mudanças no estilo de vida.

6. PLANO DE AÇÃO OU INDICAÇÕES PRÁTICAS

Com base nos resultados obtidos, este estudo transcende a análise teórica e estabelece um roteiro estratégico para a transição de carreira de engenheiros para a docência na Educação Profissional e Tecnológica (EPT). O plano de ação articula-se em três eixos fundamentais:

- **Eixo de Orientação de Carreira (Foco: Engenheiros)**

Para os profissionais da engenharia, os resultados configuram um **Guia de Transição Profissional**. Por meio da comparação detalhada das estruturas remuneratórias e de carreira entre Senai, Cedup e IFSC, o engenheiro pode realizar um planejamento financeiro e de vida realista. A aplicação prática dar-se-á através da disseminação desses dados em fóruns de classe (como o CREA) e redes profissionais, permitindo que a decisão de ingressar na docência seja fundamentada em dados concretos, reduzindo a frustração pós-contratação.

- **Eixo de Gestão Institucional (Foco: Senai, Cedup e IFSC)**

Para os gestores das instituições de EPT, o estudo fornece subsídios para a criação de **Programas de Acolhimento e Retenção**. A aplicação consiste em workshops de integração e mentorias que conectem o novo docente (egresso da indústria) a professores veteranos. O objetivo é fortalecer o sentimento de autorrealização — identificado como motivação central — e mitigar o choque de realidade cultural entre a fábrica e a sala de aula. Espera-se, com isso, uma redução na rotatividade de profissionais qualificados e um maior engajamento com o projeto pedagógico institucional.

- **Eixo de Aprimoramento Pedagógico (Foco: IFRO e Instituições de**

Formação)

No âmbito da formação docente, as conclusões orientam a **revisão curricular de cursos de complementação pedagógica**, como os ofertados pelo IFRO. A proposta é a inserção de módulos práticos de "Didática Tecnológica Aplicada", focados especificamente em transformar a expertise técnica de mercado em mediação didática eficaz. Esta intervenção visa sanar a lacuna entre o "saber fazer" da engenharia e o "saber ensinar" da docência, preparando o engenheiro para lidar com as complexidades da sala de aula desde o primeiro dia de atuação.

- **Resultados Esperados:**

Espera-se que este plano de ação promova uma integração mais harmônica entre o setor produtivo e o acadêmico, garantindo que o engenheiro não apenas migre para a docência atraído pela remuneração, mas que permaneça nela pela realização profissional e competência pedagógica desenvolvida.

REFERÊNCIAS

APUFSC-SIND. **Novo reajuste linear dos servidores passa a valer em abril; veja as tabelas**. Florianópolis, 25 mar. 2026. Disponível em: <https://www.apufsc.org.br/2026/03/25/novo-reajuste-linear-dos-servidores-passa-a-valer-em-abril-veja-as-tabelas/>. Acesso em: 20/04/2026.

BAZZO, Walter Antonio. **Ciência, tecnologia e sociedade: e o contexto da educação tecnológica**. 2. ed. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2011. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/revistaamazonia/article/view/11353/0> , Acesso em 15/03/2026.

BRASIL. **Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004**. Regulamenta dispositivos da LDB 9.394/96 relativos à educação profissional. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5154.htm , acesso em: 15/03/2026.

BRASIL. Lei nº 4.950-A, de 22 de abril de 1966. Dispõe sobre a remuneração de profissionais diplomados em Engenharia, Química, Arquitetura, Agronomia e Veterinária. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 1966. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4950a.htm Acesso em 20/04/2026.

BRASIL. **Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008**. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [2008]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm Acesso em: 15/03/2026.

BRASIL. **Lei nº 12.772, de 28 de dezembro de 2012**. Dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal. Brasília, DF: Presidência da República, [2012]. Disponível em: planalto.gov.br. Acesso em: 20/04/2026.

BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução CNE/CES nº 2, de 24 de abril de 2019**. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Engenharia. Brasília: Conselho Nacional de Educação, 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/cne/resolucoes/resolucoes-cne-ces-2019> .Acesso em: 15/03/2026.

BRASIL. Ministério dos Transportes. **A hierarquia de necessidades de Maslow – O que é e como funciona**. Brasília: Ministério dos Transportes. Disponível em: <https://www.gov.br/transportes/pt-br/assuntos/portal-da-estrategia/artigos-gestao-estrategica/a-hierarquia-de-necessidades-de-maslow> . Acesso em: 23/04/2025.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 171**. Relatora: Min. Rosa Weber. Brasília, DF: STF, 2022. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/stf/1572211431/inteiro-teor-1572211474> Acesso em: 20/04/2026.

CONFEA. Conselho Federal de Engenharia e Agronomia. **Painel de Monitoramento do Salário Mínimo Profissional**. Brasília, 2025. Disponível em: <https://share.google/t5741zwb5r5gJlvii> Acesso em: 20/04/206

ELLIS, Carolyn; ADAMS, Tony E.; BOCHNER, Arthur P. Autoethnography: An Overview. **Historical Social Research / Historische Sozialforschung**, v. 36, n. 4 (138), p. 273-290, 2011.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA. **Trabalho de conclusão de curso I**. Porto Velho: IFRO, [20--]. Disponível em: <https://cursos.ead.ifro.edu.br/mod/assign/view.php?id=154571>. Acesso em: 23/04/2025.

IFRO. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia. **Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (EPT)**. Porto Velho: IFRO, [s.d.]. Disponível em: <https://portal.ifro.edu.br/component/content/article?id=15911> . Acesso em: 15/03/2026.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA. **Práticas educativas integradoras na EPT: teorias e didáticas**. Porto Velho: IFRO, [2026]. Disponível em: <https://cursos.ead.ifro.edu.br/course/view.php?id=5611> . Acesso em: 24/08/2025.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO SUL (IFRS). **Tabelas Salariais. Gestão de Pessoas: Cadastro e Pagamento**. Disponível em: <https://ifrs.edu.br/gestao-de-pessoas/cadastro-e-pagamento/tabelas-salarias/>.

Acesso em: 20/04/2026.

KUENZER, Acacia Zeneida. **Educação Profissional: categorias para uma análise crítica**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/mX9xNN8HgH9YWLPySjXdPgQ/?format=pdf&lang=pt> . Acesso em: 15/03/26

MANACORDA, Mario Alighiero. **O Princípio Educativo do Trabalho**. Tradução de Newton Ramos-de-Oliveira. Porto Alegre: Artes Médicas, 2007. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/665669932/MANACORDA-Historia-da-Educacao> Acesso em: 15/03/26

MOURA, Dante Henrique. **Educação básica e educação profissional e tecnológica: a dualidade histórica revisitada**. Holos, 2007. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/holos/article/view/11> , acesso em: 15/03/26.

PACHECO, Eliezer (Org.). **Institutos Federais: uma revolução na educação profissional e tecnológica**. São Paulo: Moderna, 2011. Disponível em: https://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/insti_evolucao.pdf . Acesso em: 15/03/2026.

PIMENTA, Selma Garrido; ANASTASIOU, Léa das Graças Camargos. **Docência no ensino superior**. São Paulo: Cortez, 2002. Disponível em: e-Disciplinas USP. INSTITUTO FEDERAL DE SANTA CATARINA. **Contratação de professores substitutos, visitantes e profissionais temporários**, ano. Disponível em: <https://www.ifsc.edu.br/contratacao-de-professores#:~:text=Veja%20as%20oportunidades%20para%20contrata%C3%A7%C3%A3o,a%20qual%20voc%C3%AA%20deseja%20concorrer>. Acesso em: 15/3/2026.

PORTAL SALÁRIO, **Engenheiro eletricitista**, 2026. Disponível em: <https://www.salario.com.br/#:~:text=Portal%20Sal%C3%A1rio:%20Sal%C3%A1rios%20de%20Todas%20as%20Profiss%C3%B5es%20do%20Brasil>. Acesso em: 15/03/26.

SANTA CATARINA. Assembleia Legislativa. **CCJ da Alesc aprova nova tabela salarial de professores em SC**. Florianópolis: Alesc, 31 mar. 2026. Disponível em: <https://www.alesc.sc.gov.br/deputados/noticia/ccj-da-alesc-aprova-nova-tabela-salarial-de-professores-em-sc/> . Acesso em: 20/04/2026

SESI - SC, **Transparência Sesi**, 2026. Disponível em: <https://transparencia.sesisc.org.br/informacoes-de-empregados-e-dirigentes#estrutura-remunerada> . Acesso em: 15/3/26

SCHWAB, Klaus, **A Quarta Revolução Industrial**. Tradução de Daniel Moreira Miranda. São Paulo: Edipro, 2016. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/433775837/Klaus-Schwab-a-quarta-revolucao-industrial-pdf>, Acesso em 15/03/26.

SILVA, J. M.; OLIVEIRA, R. F. A jurisprudência do STF e os pisos salariais profissionais: impactos na negociação coletiva. **Revista de Direito do Trabalho e**

Seguridade Social, v. 45, n. 2, p. 112-130, 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. **Núcleo comum – trabalho-educação**: fundamentos teóricos e didáticos I. Florianópolis:

UFSC/SETEC, [20--]. Disponível em:

<https://sgmdnute.sites.ufsc.br/setec-materiais/trabalho-educacao-1/index.html?summary=open>. Acesso em: 23/04/2025.